

Disputas de sentidos na apropriação de imagens históricas: confronto de narrativas sobre escravidão e racismo no Brasil – o caso “Maria Filó”^[1]

*Dispute of meaning in the appropriation of historical images:
confrontation of narratives about slavery and racism in Brazil - the
“Maria Filó” case*

RESUMO

Identificando polaridades discursivas entre naturalização e criminalização dos fenômenos socio-históricos da escravidão no Brasil – decorrentes de crise originária da apropriação comercial de uma imagem icônica do período por uma grife nacional de roupas femininas –, a pesquisa revela embates narrativos e contranarrativos, bem como disputas ideológicas por valores, sentidos e significados estruturantes dos movimentos da História, da memória e do esquecimento da escravatura no País. Com o aporte da netnografia e da análise do discurso, o artigo contempla a construção e a análise de um *corpus* de excertos extraídos da rede social Facebook, que permitiu atestar a importância, o vigor e a permanência das imagens na construção das representações sociais, apontando para o seu potencial crítico, conscientizador e transformador da realidade-mundo.

Palavras-chave: comunicação; imagem; conflitos narrativos.

ABSTRACT

Identifying discursive polarities between naturalization and criminalization of the socio-historical phenomena of slavery in Brazil – resulting from the crisis originating from the commercial appropriation of an iconic image of the period, by a national brand of women’s clothing –, the research reveals narrative and counter-narrative clashes, as well as ideological disputes over values, meanings and structural meanings of the movements of History, memory and forgetfulness of slavery in the country. With the contribution of netnography and discourse analysis, the article contemplates the construction and analysis of a corpus of excerpts extracted from social network Facebook, which allowed attesting to the importance, vigor and permanence of images in the construction of social representations, pointing to their critical potential, awareness and transforming the reality-world.

Keywords: communication; image; narrative conflicts.

ANTONIO HÉLIO JUNQUEIRA

Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-graduação da ECA/USP, com pós-doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, da ESPM. Pesquisador do Grupo (CNPq) Comunicação, Educação e Cidadania: interfaces da teleficação (PPGCOM-ESPM).

LEMBRANÇAS, MEMÓRIAS E SENTIDOS NAS IMAGENS: TENSÕES, DITOS E INTERDITOS

O sentido expresso em um texto – seja ele um livro, uma carta, uma imagem, uma foto, uma música, uma estampa – nunca é único. Os significados são múltiplos, comportam e são atravessados pela expressão de muitas vozes, que “falam” através dele e de suas relações intertextuais. Por isso, os chamamos polifônicos e polissêmicos (BAKHTIN, 2000). Os textos são, portanto, portadores de sentidos, cuja recepção, interpretação e consumo podem coincidir ou não com a intencionalidade do autor/emissor; podem ser discordantes, antagônicos, negociáveis entre si e, mesmo, revelarem significados a respeito dos quais o autor sequer seja ou esteja consciente.

Assim, sabemos que toda leitura é uma interpretação; uma operação nunca neutra. Trata-se de processo no qual os sentidos emergem decorrentes da competência cultural e das inúmeras mediações a que está sujeito o receptor da mensagem. Toda leitura e toda interpretação resultam, portanto, de complexos processos sócio-históricos e culturais, no interior dos quais enfrentam-se posições, ideologias e valores de classe, estereótipos, preconceitos, generalizações e efeitos da naturalização cotidiana dos fenômenos sociais. Para Gregolin (2003, p.47), “um texto só se completa quando um leitor o insere na ordem da História, deslocando-o do lugar onde jaz reclamando sentidos”.

No caso estudado, destacamos especialmente a tensão que envolve o entendimento da História e da memória social, em suas múltiplas leituras possíveis e a partir das quais se revivem e se reconstróem, no presente, os efeitos, chagas, dores, sentidos e consequências da escravidão no Brasil. Neste contexto, a História é lida e relida, escrita e reescrita, interpretada e reinterpretada, construída e reconstruída sempre e seus sentidos se alteram no tempo, a depender das condições sócio-históricas da existência material e simbólica dos sujeitos e das relações de poder prevalentes em cada período (BURKE, 1992; LE GOFF, 1992). É nesse contexto que, ao “remontar arquivos e produzir enunciados nas redes de memória, o autor interpreta a forma como a sociedade se representa” (GREGOLIN, 2003, p.47).

A pesquisa concentra-se na experiência digital vivenciada pela grife carioca de roupas femininas Maria Filó, que teve lugar em outubro de 2016, e no interior da qual se configurou destacada crise reputacional online de ampla repercussão em todo o País. Neste contexto, a interação observada entre público, fãs e consumidores atuais e/ou potenciais, por um lado, e a marca comercial, por outro, foi tomada como emblemática dos sentidos sócio-históricos atribuídos aos fenômenos apontados.

No embate online entre a empresa Maria Filó e frequentadores da rede social Facebook, esse latente tensionamento trouxe à tona espinhosas contradições prevalentes na

sociedade brasileira contemporânea, as quais opoem leituras conservadoras, naturalizantes e neutralizantes dos significados da escravidão a outras que os atualizam, revelando seus permanentes efeitos na dor, tormenta, desespero e aviltamento da existência cotidiana de cidadãos racialmente discriminados.

O artigo se inicia com a apresentação da perspectiva netnográfica adotada como metodologia de investigação e de construção do *corpus* da pesquisa, para a seguir descrever abreviadamente o conjunto de fenômenos que ora denominamos de “o caso Maria Filó”. A discussão dos resultados encontrados nos excertos selecionados, reportada em sequência, apontou para quatro unidades centrais de agregação de conteúdos polarizados entre as narrativas e as contranarrativas sobre as percepções e memórias despertadas e postas em circulação por uma imagem histórica da escravidão no Brasil. Dessas unidades, conforme demonstrado à frente, decorreram diferentes categorias discursivas afiliadas tanto a correntes hegemônicas quanto contra-hegemônicas de interpretação das mazelas do preconceito racista e das cicatrizes abertas pela exploração da mão de obra escrava no País. Finalmente, os achados da pesquisa, relatados nas considerações finais, atestam a importância, o vigor e a permanência das imagens na construção das representações sociais, apontando para o seu potencial crítico, conscientizador e transformador da realidade-mundo.

METODOLOGIA E CONSTRUÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Na contemporaneidade, a emergência e posterior expansão do acesso e do uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação viabilizaram e engendraram o surgimento e a consolidação de um novo sujeito criativo e interativo, que é, ao mesmo tempo, produtor, recriador, distribuidor e consumidor de conteúdo online (JENKINS, 2006; RECUERO, 2009; SHIRKY, 2011; PRIMO, 2013; BEER; BURROWS, 2020). Nesse contexto, as redes de comunicação digital tornaram-se decisivas para a construção e sustentação das relações de poder, constituindo intrinsecamente as estruturas, fluxos e processos comunicacionais essenciais nas lutas pela produção social dos sentidos e pela construção da hegemonia (COULDRY; MEJIAS, 2019). Assim, o espaço virtual das redes sociais digitais representa, na contemporaneidade, *locus* privilegiado para a investigação dos fenômenos sociais, para o que novas abordagens teórico-metodológicas vêm sendo propostas e cientificamente legitimadas.

Adotamos para a realização desta pesquisa procedimentos teórico-metodológicos da netnografia, conforme propostos e sistematizados por Robert Kozinetz (2010, 2019), aplicando-os na comunidade online formada em torno da página digital da Maria Filó, no Facebook, considerada,

conforme desejável, altamente ativa, heterogênea, interativa e engajada no debate de temas de interesse mútuo, partilhando experiências e visões de mundo.

O *corpus* foi composto por excertos das manifestações textuais publicadas pelos consumidores na *fanpage* da marca durante o período que foi da segunda quinzena de outubro ao final do mês de novembro de 2016. Os mesmos foram analisados e interpretados com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) (ORLANDI, 1996; GREGOLIN; BARONAS, 2003). A opção metodológica pela AD, ao invés da semiótica, deveu-se, conforme proposto por Hall (2016), ao fato de que enquanto esta se concentra nos modos como a representação e a linguagem produzem sentidos, a abordagem discursiva se concentra mais nos efeitos e consequências políticas das representações.

Os excertos selecionados aparecem destacados e recuados no corpo do texto, entre colchetes e separados entre si por ponto e vírgula, mantendo-se a grafia original, sem qualquer correção ortográfica ou gramatical, bem como preservando-se o anonimato de seus respectivos autores.

O CASO MARIA FILÓ

O que aqui denominamos de o “caso Maria Filó” tratou-se de uma intensa polêmica digital instaurada a partir de uma única manifestação, em rede social, de uma potencial consumidora da grife, insatisfeita com o atendimento recebido em uma das lojas da marca, no dia 13 de outubro de 2016. Acima de tudo, a denúncia pública decorreu do entendimento da consumidora de que a escolha de imagem ilustrativa de uma negra escrava com filho às costas servindo uma sinhá branca para estampar uma nova coleção, denominada pela própria marca de “Pindorama”, era uma expressão de racismo. A polêmica ganhou intenso engajamento público, angariando em apenas três dias (14 a 16 de outubro de 2016), na *fan page* da marca na rede social Facebook, 16 mil curtidas, 2,2 mil comentários e 1,95 mil compartilhamentos.

Na sequência dos eventos analisados, observou-se que a marca mostrou-se ágil e atenta na pronta apresentação pública de seu pedido de desculpas, sinalizado, inclusive, para a imediata suspensão da comercialização das polêmicas peças de vestuário. Mesmo assim, a reação do público, fãs e consumidores não foi, em sua maioria, favorável e empática em relação às iniciativas da empresa. Ao contrário, pode-se observar que, nos momentos seguintes à exposição pública dos argumentos da Maria Filó, a movimentação daqueles agentes contra a grife avolumou-se ainda mais e adquiriu novos contornos, até então inexplorados. O texto

integral do pedido de desculpas da marca, publicado na sua página oficial em 14 de outubro de 2016, foi o seguinte:

Nós, da Maria Filó viemos a público pedir desculpas. Ao criarmos a estampa Pindorama, inspiradas nas telas do famoso pintor Debret (sic), não percebemos ao longo do processo criativo como tais imagens que remetem a um período da nossa história poderiam impactar tão negativamente nossos clientes e o público em geral. Está aí o nosso grande erro e por ele pedimos sinceras desculpas. Certamente o olhar que lançamos ao criá-lo não foi o de ofender, o nosso filtro foi o da memória de uma época. A Maria Filó é contra o racismo e justamente por isso estamos retirando das nossas lojas todas as peças com essa estampa. Deste acontecimento, tiramos como lição uma oportunidade para reflexão: precisamos estar cotidianamente atentos aos valores que representamos, mesmo que de forma não intencional.

O motor principal dessa nova onda reativa digital dos internautas deveu-se, em primeiro lugar, ao evidenciado desconhecimento artístico e histórico da empresa em relação à imagem apropriada, conforme revelado em seu próprio pedido público de desculpas. De fato, a empresa, nesse comunicado, atribuiu a autoria da imagem ao artista francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), quando em realidade, tratava-se de obra do alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858).

Em uma segunda instância, questionou-se a inequívoca manipulação da figura apropriada. Cabe destacar que a imagem utilizada na elaboração da estampa foi inspirada na litogravura “Negras do Rio do Janeiro”, de Rugendas, e fez parte de seu livro “Viagem pitoresca através do Brasil”, publicado na França em forma de fascículos entre os anos de 1827 e 1835. A ilustração retrata duas negras em interação social. Uma delas sentada, melhor vestida, adornada e calçada e a outra em pé, carregando uma criança às costas e um cesto de frutas na cabeça. A primeira poderia supostamente ser uma escrava forra, ou uma escrava doméstica, às quais se permitiam certos privilégios ao vestir, como, por exemplo, o uso de sapatos, que só ela exhibe na imagem. A outra seria, provavelmente, uma escrava de ganho, que completava a renda das sinhás com a venda a varejo de frutas e quitandas pelas ruas, enquanto acumulava pequenos recursos para uma sonhada alforria futura. Porém, o que de fato interessou ao debate foi o fato de que a estamparia da coleção produzida pela Maria Filó trazia inequívoca diferenciação étnica entre as mulheres desenhadas, sendo uma nitidamente branca e outra negra, o que contrariava frontalmente o conteúdo retratado na gravura original. Mais do que isso, a apropriação simbólica da imagem manipulada desvirtuou (conscientemente ou não) o sentido sócio-histórico da interação social entre os personagens, que migra de um relato da convivência cotidiana entre iguais, para o da subserviência escrava inscrita no distanciamento e na exploração social.

FIGURA 1: RUGENDAS, Johann Moritz. “Negras do Rio de Janeiro, Brasil (Nègresses de Rio-Janeiro)”. Gravura n.º 37 do livro “Viagem Pitoresca Através do Brasil” (1853).



FIGURA 2: Coleção de roupas confeccionadas com a estampa “Pindorama” da Maria Filó. Reprodução da página oficial da empresa publicada no site de entretenimento F5 da São Paulo, em 14 de outubro de 2016).



Finalmente, ressalta-se que o título dado à estampa pela equipe criativa da grife evidenciou, também, um notável desvio no sentido histórico da palavra “Pindorama”. Em realidade, o termo

originário do tupi-guarani designa uma terra que, para além do fato de ser coberta de palmeiras, constitui-se em lugar pacífico, livre de todos os males da existência. Apropriada pelo imaginário do colonizador oriundo do quinhentismo português, Pindorama passou a representar o éden tropical, *locus amoenus*, o paraíso na terra. Portanto, lugar que jamais comportaria relações escravagista entre os seres.

[Para quem ainda acha que a estampa não é racista, segue a imagem original da negra servindo a branca. As duas eram negras! E a obra nem sequer era de Debret!; não são «telas», são «gravuras», não são de Jean Baptiste Debret, mas de Johann Moritz Rugendas. O período histórico, oitocentista, que a marca se inspirou para ter criatividade, sequer caberia ser nomeado de ‘Pindorama’!].

Por tudo isso, o público rechaçou o texto de desculpas publicado pela Maria Filó, conforme atesta o excerto de manifestação de um consumidor: [implicando a leitura dos clientes como ‘errada’, no fundo, o pedido oficial de desculpas exime a equipe de criação da responsabilidade, como se a culpa não estivesse na ofensa, mas no olhar do ofendido].

Neste contexto, além da retirada das peças das lojas já anunciada pela marca, emergiram novas exigências do público, como, por exemplo, a penalização profissional da área criativa da Maria Filó e a adoção de medidas compensatórias, via contratação de funcionários negros e apoio a causas das etnias socialmente estigmatizadas, o que conferiu caráter dramático à interação digital entre público e empresa e instaurou grave crise relacional entre ambos.

OS AGENCIAMENTOS DA MEMÓRIA: O LEMBRAR É POLÍTICO, SOCIAL E HISTÓRICO

A memória constitui o presente, no qual emerge através das imagens-lembranças que auxiliam a percepção da realidade cotidiana, por sua utilidade pragmática no reconhecimento de soluções, estratégias, ou respostas que já deram certo no interior do conjunto das experiências vividas (BERGSON, 1999). Percepção e memória são, pois, fenômenos inextricáveis do existir e se entrelaçam, dialeticamente, em movimentos ora de atualização de presenças, ora de esquecimento. A memória é lugar de permanente disputa e (re)construção de sentidos (BARBOSA, 2005). Constitui-se, portanto, por contínuas interpretações e reinterpretações do vivido, cujas alterações se promovem ao longo de processos socio-históricos que resultam na permanente (re)significação do real.

No embate discursivo estabelecido entre público, fãs e clientes e a marca Maria Filó pudemos identificar e agregar quatro vertentes principais de agregação de conteúdo, aos quais

corresponderam, respectivamente, diferentes categorias narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas, conforme descritas no Quadro 1 seguinte.

QUADRO 1: Unidades de agregação de conteúdo e categorias discursivas.

UNIDADES DE AGREGAÇÃO DE CONTEÚDO	CATEGORIAS DISCURSIVAS
Perspectivas históricas	Reconstrução/revisão/releitura permanente da História (cf. BURKE, 1992; LE GOFF, 1992); Memória, representação e esquecimento; Novos lugares sociais possíveis para os sujeitos historicamente marginalizados (cf. BARBOSA, 2005; HUYSSEN, 2005).
Ações políticas e sociais	Políticas de cotas raciais; O politicamente correto; "Vitimismo", "mi-mi-mi" e luta social.
Boicote e exigências de retratação da marca	Insuficiência dos pedidos oficiais de desculpas da marca; Penalização da área criativa; Exigências de medidas compensatórias; Destinação/inutilização das roupas; Contratação de empregados de etnias marginalizadas.
Biografias / Histórias de vida	Parentesco com escravos; Humilhações racistas cotidianas; Marginalização; Hostilidade social.

Fonte: pesquisa netnográfica do autor.

Em relação à perspectiva histórica de releitura dos fenômenos da escravidão brasileira, na primeira parte da equação posicionaram-se aqueles que se alinharam às posturas naturalizantes, minimalizadoras ou negadoras da sobrevivência de estigmas e preconceitos raciais decorrentes dos ordenamentos sociais do período escravocrata, conforme demonstrado nos seguintes excertos selecionados:

[Quem viu racismo numa estampa que retrata um período e um artista só pode ser doente ou mal intencionado; As obras de Debret (sic) estão lá, nos museus, registradas e muito bem feitas; A estampa é linda. Desnecessário todo esse escândalo. Isso é coisa de quem realmente tem preconceito. Gostaria de ter comprado uma peça nessa estampa. Adoro a marca e jamais iria levar para o lado negativo e queimar a imagem de vcs. Uma pena tudo isso; Não houve racismo,

retratar um pedaço da história do Brasil não significa concordar com ele, falta do que fazer! Achei linda a estampa e usaria, e isso não quer dizer que concordo com as pessoas que um dia escravizaram outros seres humanos!; A arte não deveria ser pautada por valores atuais. Não podemos apagar a cultura de um povo, não podemos!!! Um absurdo, que uma minoria faz parecer que é vontade da maioria!! Arte é arte e ponto, quem se sente ofendido deveria ir estudar e procurar o que fazer!! E o respeito ao artista, onde fica???

Por outro lado, a reação emerge com falas que se negam ao emudecimento e ao apagamento da memória e que reescrevem no presente as mazelas e as consequências históricas da escravidão:

[Desde quando o sofrimento e a dor de um povo deve ser usado como estampa de camiseta? Uma coisa é estar num livro ou numa obra de museu, como um marco do que aconteceu. Outra é tratar como coisa casual, como peça pra ir na padaria. Tratariam com a mesma naturalidade se usassem estampas de judeus na câmara de gás ou de japoneses queimados pela bomba atômica?; Se o filtro de vcs foi a memória de uma época, então façam estampas com judeus sendo fuzilados em campos de concentração! Vamos ver se todo mundo vai achar bacaninha!; Ninguém está dizendo que a escravidão não fez parte da nossa história. Isto não será apagado. A questão é que exaltar algo que deveríamos nos envergonhar é racista e ofensivo sim. Quem não consegue enxergar isso ou é racista também ou é um completo ignorante que só se preocupa com o próprio umbigo].

As duas faces reveladas deste conflito em realidade constituem-se, elas mesmas, no testemunho do vigor vivo e dinâmico do signo imagético e dos sentidos disputados. Como nos ensina Bakhtin (1988, p.47): “todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras”.

DISCURSIVIDADES EM TORNO DO “MI-MI-MI!” E DO “POLITICAMENTE CORRETO”

Na sociedade brasileira contemporânea, a questão do “politicamente correto” tem sido frequentemente posta como tênue linha do limite discursivo entre a liberdade de expressão e a deliberada agressão a questões e demandas sociais de grupos socialmente marginalizados ou excluídos. Um limite, portanto, da própria civilidade.

No caso analisado, a abordagem do “politicamente correto” emerge revestida de ironia, ceticismo e denúncia, apontando para a intolerância em relação àqueles que se manifestam sentindo-se agredidos pela imagem utilizada nas estampas da grife carioca. Vejamos:

[O politicamente correto cada vez mais deixando as pessoas insuportáveis, chatas. Não se pode mais expressar nada, que é racismo, homofobia, machismo, etc. Nem uma roupa se salva, imaginem essa sociedade! É preciso se libertar um

pouco dos estigmas...; A Empresa não deveria assumir essa postura subserviente. A estampa retrata uma fase da vida do Brasil, que não deve ser esquecida. As gravuras de Debret (sic) são lindas, embora retratem um triste costume típico da época. ABAIXO O POLITICAMENTE CORRETO!!!!!!!!!!!!; Tudo não passa de discussão acerca de ideologias. Basta entrar no perfil dos “injustiçados” pra conferir! Lamentável é ver mais uma marca se rendendo ao politicamente correto, enquanto esses “injustiçados” provavelmente nunca consumiram nem uma meia da marca. Rs...; Tá tudo taaaaaaao chato. O mundo tá chato demais... Todo mundo dono de uma verdade única. O mundo do politicamente correto é muuuuuito chato e nada democrático. A marca reconhece e se desculpou e retirou as peças das lojas. Chega, ponto final...!]

Já no próprio modo da abordagem discursiva, pode-se observar que o olhar para o queixume dos manifestantes incomodados surge da posição do sujeito que se constrói do lugar de uma hierarquia superior, hegemônica, experimentada e adonada do saber, e que, daí, infantiliza seu oponente. A expressão mais típica dessa construção dialógica traduz-se, neste contexto, no “mi-mi-mi”, repetido à exaustão. Na linguagem cotidiana, o “mi-mi-mi” visa significar a repetição monótona, ininterrupta e em tonalidade baixa de um palavrório de inconformidades e reclamações frente a situações que não se pode mudar, normalmente produzido por crianças e outras pessoas em condições subalternas em relação a diferentes ordens de autoridade, de fato, ou simbólicas. Fica claro, assim, que o uso retórico do “mi-mi-mi” visa aviltar o reclamante:

[Não teve racismo nenhum. Foi um período da história. Mimimi para variar. Eu não retiraria! Quem quer comprar, compra. Quem não, não é obrigado a comprar!!; Mundo de mimimi, falta de interpretação de texto e tudo mais, tudo é preconceito, sorte que as araras, as caveiras e tals não podem se manifestar senão ...haveria motim...Linda homenagem...linda estampa!!!; Pedir desculpas por causa de uma estampa que retrata nossa história????? A estampa não é pejorativa! A estampa não mostra agressão! Não traz frases/ imagens de ódio! Apenas retrata a história! Affff!!! É muito mimimi!!; É o cúmulo do absurdo!!!! Agora, na era do «mimimi», uma estampa que retrata uma obra do Brasil Colonial, utilizada por uma das coleções de uma marca, que eu particularmente amo: Maria Filó, é RASCISMO?????? Que país é esse?? Pois eu tenho uma peça com essa estampa e agora é que eu vou usar mesmo!!! Esses esquerdotapas distorcem TUDO!!!].

A provocação não fica, contudo, sem resposta:

[Gente, o problema é pegar anos e anos de uma ferida que nunca foi cicatrizada, romantizar e transformar em moda. Não dá pra achar bonito um pano com pessoas que foram escravizadas. Manquem-se! Anos e anos tentando recuperar esse buraco da história, pra haver um regresso desse. Parem e pensem! Não é “mimimi?”. ACORDEM!].

No limiar desse embate, emergem questões latentes da marginalização das populações negras no Brasil, pontilhadas de ponderações relacionadas a certas tentativas de minimização das sequelas da exclusão social, como as da concessão de cotas universitárias. Tais posturas servem, por um lado, para afirmar a disposição de luta [Somos 53% da população e ocuparemos 53% de TODOS os espaços!] e, por outro, para estimular a crítica a um suposto e insustentável discurso do “vitimismo” social, também prontamente combatido no espaço online:

[me explica (sic) porque quando se trata de combater o racismo sempre aparece um branco(a) pra dizer que é vitimismo?! Você teve algum parente que sofreu violência?! Imagine fazer uma camisa com ele assim?! Me desculpe as palavras fortes, mas é de certa forma como nós negros nos sentimos].

Conforme discutimos, o relacionamento com o tempo já vivido de modo algum se esgota em formas inócuas de passadismos acrílicos e vazios. Os instrumentos e dispositivos de acesso à História – museus, memoriais, livros etc. –, servem, também, como lugar de ressurreições possíveis” (HUYSSSEN, 2002, p. 45). Se não se pode negar, por um lado, a existência de uma ordem simbólica hegemônica, também não é possível deixar de reconhecer, por outro, a presença das fissuras e dos transbordamentos dos sentidos para além das fronteiras ideológicas estabelecidas.

Vê-se que neste enfrentamento discursivo posicionaram-se, por um lado, manifestantes que tentaram sustentar a defesa da inocuidade do passado e de seus registros históricos, neste sentido considerados fenômenos e elementos estéreis, mortos, simples reminiscências de uma História que, por mais hedionda, já passou e, inerte, não pode causar mais danos. Sobre ela, nada mais resta a fazer senão relegá-la ao frio esquecimento das paredes dos museus, ou das páginas dos livros escolares, perdoando, sem delongas, suas mazelas passadas.

[Daqui a pouco as pessoas vão querer reescrever a história. Quanta fixação e falta do que fazer em relação a uma coisa tão boba quanto a cor da pele. Todos os seres humanos são iguais!!!; Querem reescrever a história. Depois que tentarem banir Monteiro Lobato das escolas por causa da Tia Anastácia, nada mais me surpreende; Não vejo nenhum racismo na estampa inspirada em uma obra de Debret (sic). Somente retrata um período de nossa História assim como os livros escolares e as novelas de época da televisão; Mas isso não é racismo. A estampa mostra um período da colonização do Brasil, é a REALIDADE do nosso passado. Nesse caso vamos retirar também dos livros de história as gravuras e fotografias da época que mostravam cenas da escravidão. Na falta do que fazer, procuram chifre na cabeça de cavalo; É uma estampa histórica, que retrata a memória de uma época. Só aqui no Brasil, um país que a cultura é zero e educação nem se fala pode fazer relação entre a obra de arte reconhecida mundialmente com imagens que agridem uma raça; Acho isso uma babaquice!!!!!! Tudo agora é preconceito, racismo... pessoas se preocupando com bobagens. Se for assim as escolas não podem ensinar história p as crianças e jovens! Isso faz parte da nossa história!!; Acho que deveriam mudar tb os livros de história... tb retratam a escravidão que ocorreu... ah é agora não se pode falar mais disso... vamos fingir que não aconteceu??].

Em posição contrária, contudo, reagiram manifestantes que buscaram enfrentar a ocupação crítica do passado e dos seus símbolos, como arena permanente da luta social, ressignificando os fatos históricos, como estratégia de reposicionamento para a conquista de um futuro transformado, mais equânime e digno:

[Eu não acredito que vcs sejam tão inocentes, ingênuos. Em que mundo vivem? Resgatar a “memória de uma época” que é dolorosa e uma vergonha para a nossa história com que sentido??? Enaltecimento de um passado colonial onde brancos europeus mandavam, compravam pessoas e devastavam vidas? Vocês vieram de onde mesmo??? Alôuuu!!!!!!; Há memórias de época que não

precisam ser lembradas e sim esquecidas. Assim como o holocausto e outros massacres na vida humana].

Para Bakhtin (1998, p.47), são em momentos de crise que a dialética interna do signo pode ser revelada, pois que, nas condições cotidianas da vida social, a contradição interna oculta no signo ideológico não se mostra descoberta, já que “na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia”.

■ AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E BOICOTE: PELA RETRATAÇÃO DA MARCA

Face a todas as disputas e enfrentamentos discursivos observados no ambiente online da *fan page* da marca Maria Filó, é prontamente constatável o direcionamento das querelas em direção a uma reivindicação de reposicionamento da empresa em relação ao ocorrido. Negando, por um lado, o pedido formal de desculpas – considerado, conforme já visto, pífio, equivocado e decididamente insuficiente –, muitos manifestantes passaram a propugnar pela penalização da área criativa da empresa, adoção de medidas compensatórias e inutilização, por incineração, das roupas da coleção confeccionadas com o tecido com a estampa “Pindorama”.

Especialmente quanto às medidas compensatórias, sobressaíram-se demandas em relação à contratação de empregados de etnias marginalizadas em posições criativas na empresa, como desenhistas e estilistas:

[Eu sugiro que depois dessa vocês se empenhem em ter estilistas negros trabalhando no processo de criação. Que se empenhem para formar equipes com diversidade étnica, contratar mais vendedoras negras, gerentes negras. Isso pode ser um começo; Maria Filó procure da próxima vez pessoas mais preparadas para fazer valer sua marca; Então, precisam mudar o povo do processo de criação. Colocar historiadores, ou ao menos consultá-los, para evitar que o “achismo” do sucesso e do lucro fale mais alto que o bom senso. Estou esperando a próxima coleção sobre o holocausto. Afinal, quando é com negros, ninguém nunca percebe. Inclusive os seus funcionários que não nos percebem na loja; Fala sério q a pessoa q escolheu a estampa não parou para se perguntar como tal estampa seria recebida? ...; Quantos negros trabalham para a marca e fizeram parte do processo de criação? Como ninguém vetou isso? Erro feio que pra ser esquecido, vai levar tempo, mude o pessoal de criação, com certeza Não tem nenhum negro!].

HISTÓRIAS DE VIDA: O ESPAÇO BIOGRÁFICO NO COTIDIANO

É no cotidiano que os sentidos se estabilizam. Objetos da disputa hegemônica, o significado das palavras e dos símbolos flutuam eternamente. Porém, é na regularidade e na repetição do cotidiano que os signos dialeticamente adquirem a estabilidade necessária para significar (BAKHTIN, 2000).

O cotidiano é, por excelência, lugar dos estereótipos, das ultrageneralizações, da naturalização e do preconceito (HELLER, 2000). A imagem, a palavra, o fato quando fazem explodir a tensão interna que sustenta seus sentidos sócio-históricos, o fazem a partir do questionamento da existência das vidas comuns, de suas histórias cotidianas, dos seus fatos corriqueiros, de suas pequenas misérias no dia a dia.

Não por outra razão, o rechaço ao questionamento do racismo implicitamente manifesto, conforme proposto por parte substancial dos manifestantes na página da marca, foi enfrentado a partir da denúncia dos maus tratos sofridos rotineira e cotidianamente pela população negra no Brasil

[Maria Helena vc é preta?? Na foto da pra ver claramente q não. Vc já foi seguida dentro de loja , mercado ? Já foi ridicularizada por conta do teu cabelo afro? Já te chamaram de macaca nojenta??? Já tiveram nojo de vc por conta da sua cor? Já perdeu emprego prq vc não tem perfil branco da empresa?? Duvidooooo!. Nao argumente oq vc não vive e nunca viveu. Cala a boca! você não sabe da minha vida, e passei por muitas humilhações que ficarias envergonhada de debochar do teu pré-julgamento!; Dá nojo ler os comentários de tantas brancas, patricinhas e prrconceitusas. Essa gente que sente nojo de usar o mesmo copo da empregada e que vive a discursar que todos são iguais mas só convivem com brancos. Nojo de vocês...].

A memória, como nos ensina Ecléa Bosi (2003), representa um trabalho ativo do sujeito sobre o passado. Na reconstrução permanente do biográfico vivido, o que entra em jogo é mais do que apenas o conjunto das lembranças pessoais. Nela entra, também, a memória da classe social e do grupo ao qual pertence o sujeito. O sentido coletivo contido no que é lembrado altera as formas de sua conexão com o presente do indivíduo, com sua retenção ou seu esquecimento e com seu próprio significado.

Assim, ao expressarem as memórias, os sofrimentos e as mazelas da escravidão na página online da Maria Filó, os manifestantes falam de uma vivência pessoal ressignificada pelas releituras problematizadoras da vida de seus antepassados e da História. Sofrem e revivem as chagas de uma experiência do Outro, que nesse ato de presentificação do passado histórico, se transforma no si mesmo.

A propósito das histórias de vida, conforme as discussões hermenêuticas de Paul Ricoeur (2007), podemos pensá-las como percursos narrativos de construção identitária, que resultam

de um esforço consciente e atento de apropriação simbólica do real. Na relação dialética entre a lembrança e o esquecimento, forja-se a construção dos sentidos que, ao mesmo tempo em que concretiza o ancoramento do sujeito no presente, sustenta-lhe projetos de conquista do futuro. Neste contexto, todo o posto, o dado e o vivido – residentes no passado – podem ser atualizados no presente, reafirmando ou reconfigurando significados, complementando ausências ou imergindo em apagamentos. Conforme Bakhtin (2000. p. 414): “não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações digitais públicas mobilizadas pela utilização de uma única imagem no âmbito do caso Maria Filó, conforme analisadas nesse artigo, nos permitiram acompanhar os embates narrativos e contranarrativos em torno das disputas e apropriações sociais e ideológicas dos valores sócio-culturais, sentidos e significados estruturantes dos movimentos da História, da memória e do esquecimento da escravidão brasileira e de suas mazelas. A discussão dos resultados encontrados apontou para quatro unidades centrais de agregação dos conteúdos gerados: i) perspectivas históricas de leitura do fenômeno analisado; ii) questões políticas e sociais relativas à situação do negro no Brasil; iii) boicote e exigências de retratação da marca, e iv) biografias e histórias de vida de indivíduos etnicamente marginalizados.

Ao longo do texto, pudemos observar os modos pelos quais uma gravura histórica, quando retirada do seu *locus* original e apropriada em uma estamperia comercial, permitiu a emergência social de um conjunto de discursividades polarizadas, capazes de extravasar ideários irremediavelmente conflitantes entre naturalização e criminalização do passado escravocrata do País. Nesse sentido, a ideologia supostamente hegemônica que pressupõe a inocuidade histórica desse período se confronta com visões que propugnam pela permanência e recriação da dor e do sofrimento social na revivência cotidiana dos estigmas sociais da escravatura. Lutar pelo espaço e pela circulação da memória crítica do passado no presente se impõe, então, sobre os dilemas aportados pelo simples perdão e esquecimento reivindicados por parte do corpo social. Torna-se evidente que a exploração da memória será sempre um ato político capaz de conferir voz e visibilidade à diversidade dos sujeitos e de suas versões sobre os fenômenos sociais, o que favorece e viabiliza a instrumentalização de suas ações e respostas no presente e no futuro.

Conforme visto, a mobilização discursiva engendrada no âmbito das quatro unidades

apontadas decorreu não apenas da apropriação de uma imagem iconográfica pertencente ao quadro histórico da escravidão brasileira para uso comercial, mas especialmente do progressivo reconhecimento público de sua deturpação, ou seja, da corrupção perversa de sua representação simbólica. É nesse contexto que a crise online deflagrada entre público, clientes e fãs e a marca acaba servindo de cenário para a convocação à luta política e à mobilização social em prol da superação de questões afetas ao racismo no Brasil.

A rememoração do trágico e do inumano da escravidão enraiza e sustenta a construção narrativa identitária do sujeito que emerge e se presentifica na *fan page* analisada e que neste processo apropria-se da discussão sobre os destinos e consequências do passado, sobre o qual reivindica impor sua voz.

Os resultados da pesquisa atestam, assim, a importância, o vigor e a permanência das imagens na construção das representações sociais, apontando para o seu potencial crítico, conscientizador e transformador da realidade-mundo. As imagens, como elementos constituintes do pensamento e da consciência, representam potentes motores para novas reconfigurações imaginárias do futuro possível. Nesse sentido, aportam esperança para novas socialidades mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia. (Orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p.102-111.
- BEER, David; BURROWS, Roger. Consumption, prosumption and participatory web cultures, *Journal of Consumer Culture*, v. 10, n. 1, p. 3-12, 2010.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford, CA: Stanford, University Press, 2019.

- GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria. In: GREGOLIN, Maria do Rosário.; BARONAS, Roberto (Org.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2003. p.47-58.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: cultura y memoria em tiempos de globalización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sônia Virgínia. (Orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom, 2005. p.22-36.
- JENKINS, Henry. *Fans, bloggers and gamers: exploring participatory culture*. New York: NYU Press, 2006.
- KOZINETZ, Robert. *Netnography: doing ethnography research online*. London: Sage Publications, 2010.
- _____. *Netnography: the essential guide to qualitative social media research*. London: Sage Publications, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009b.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PRIMO, Alex. (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

[1] Uma versão preliminar desse artigo foi publicada no Eixo Temático 9 – Redes Sociais / Sociabilidades dos Anais do IX Simpósio Nacional da Associação Brasileira dos Pesquisadores da Cibercultura (ABCiber), realizado em São Paulo, em dezembro de 2016.